

Campanha Salarial

Faturamento volta a crescer, mas intransigência patronal continua

A produção, o faturamento e os investimentos das empresas estão aumentando. Porém, os patrões continuam com a choradeira de crise e tentando retirar direitos da nossa Convenção. Se a gente não lutar, não vai conquistar!

Nesta semana, o Sindipeças, sindicato patronal das empresas fabricantes de autopeças, anunciou alta no faturamento de 7,9%, nos primeiros 8 meses deste ano em comparação aos meses de janeiro a agosto de 2018. Divulgou também que o fornecimento às montadoras aumentou 11,1%; para a reposição, cresceu 6,5%; e as vendas intrasetoriais continuam próximas dos 30%; e que a capacidade instalada se manteve acima de 70% pelo quarto mês consecutivo.

A Abinee, que representa os patrões dos eletroeletrônicos também mostrou a projeção do faturamento: R\$ 154,1 bilhões ou 5% a mais que o de 2018; os investimentos devem chegar a R\$ 2.774 bilhões.

A linha branca, só no primeiro semestre deste ano, cresceu 13,80%, segundo a Eletros.

Menos empregos

Mas, ao contrário do que os patrões e o governo diziam, o nível de emprego só caiu.

Nas autopeças a queda foi 3,1% em relação aos mesmos 8 meses do ano passado, mas se compararmos só o mês de agosto a queda foi de 6,3%.

E na linha branca, em 2018 o setor empregava 150 mil trabalhadores, já no primeiro semestre de 2019 só empregou 135 mil.

Isso quer dizer que estamos produzindo cada vez mais, em condições de trabalho mais precárias e com salários cada vez mais baixos.



A importância da Convenção Coletiva

A Campanha Salarial teve início em 1º de setembro. Porém, até agora, os patrões só apresentaram propostas com reajuste de no máximo 3,28% (INPC), que não repõem sequer o poder de compra dos nossos salários desde a última data-base.

Empresas de autopeças, como a Eaton, Bosch, Mann, Valeo e Marelli, por exemplo, querem

congelar o piso em R\$ 1.903,00, valor muito inferior aos R\$ 3.980,82 que o Dieese calcula como salário mínimo para o sustento de uma família de até 4 pessoas.

Cabe lembrar que no ano passado, apesar de o Sindipeças, o Grupo 2 e o Sindicel terem se recusado a assinar a Convenção Coletiva, várias fábricas desses

setores fecharam acordos diretamente com o Sindicato, inclusive com aumento real de salário, desmentindo os argumentos de crise apontados pelos sindicatos patronais.

Além disso, a Convenção Coletiva garante uma série de direitos econômicos e sociais que superam a legislação, como podemos ver no verso deste jornal.

NOSSAS REIVINDICAÇÕES

✓ Reajuste salarial de 6% sendo 3,28% (INPC) + 2,63 ganho real (produtividade)

+
✓ Renovação da nossa Convenção

Só nossa Convenção garante direitos

Nossa Convenção é a única forma de preservarmos nossos direitos, que são superiores à legislação que veio com a reforma trabalhista. Portanto, ficar sem Convenção significa ficar, praticamente, sem direitos

Além de tentarem destruir a nossa Convenção, os patrões querem aplicar tudo o que a reforma trabalhista liberou a partir de 2017. Ou seja, além de ficarmos sem as garantias da Convenção será muito mais difícil impedirmos a terceirização irrestrita, o contrato intermitente, jornada 12 X 36, trabalho aos domingos e feriados sem pagamento de horas extras e banco de horas.

Com a nossa Convenção, que prevê formas de contratação que protegem o trabalhador, com salário normativo/piso, jornada de trabalho e adicionais, conseguire-



mos barrar até a tal Carteira Verde e Amarela que o governo Bolsonaro quer implantar, em que o trabalha-

dor não tem nenhum direito e a empresa não contribui com nada para a Previdência Social.

Confira o que você perde sem a Convenção

Com a reforma trabalhista e a ameaça à ultratividade da norma, os patrões estão querendo rebaixar todos os direitos que conquistamos

nas últimas décadas, como salário normativo, adicional noturno, auxílio creche, ausência justificada, licença maternidade.

Em vez de respeitar a Convenção, eles querem seguir exclusivamente a legislação que veio com a Reforma e o que sobrou da CLT. Confira:

Direito	Como é hoje	O que os patrões querem
Salário normativo (piso)	R\$ 1.903,00 (autopeças)	R\$ 998,00 (salário mínimo previsto em lei)
Adicional noturno	50% (máquinas e eletroeletrônicos) 50% (Sinafer, Simefre e Siamfesp) 30% (autopeças com mais de 300 trabalhadores)	35% 20% (CLT) 25%
Trabalho aos domingos	DSR - a hora trabalhada tem adicional de 100%	Será considerado jornada normal, sem acréscimo de hora extra
Auxílio Creche	25% do piso para filhos até 4 anos de idade	20% do piso para filhos até 2 anos de idade
Licença maternidade	180 dias a contar do parto	Licença concedida a partir do afastamento médico, que poderá ser concedido até 28 dias antes do parto
Para adotantes	180 dias p/adoção de crianças até 8 anos de idade	Apenas para adoção de crianças com até 3 anos de idade
Estabilidade para adoecidos pelo trabalho	Até a aposentadoria	24 meses, já incluído os 12 meses da lei 8213/91 (Grupo 2) Apenas 33 meses (autopeças)
Estabilidade para vítimas de acidentes, com seqüela permanente	Até a aposentadoria	24 meses a 48 meses, dependendo do tempo de trabalho na fábrica
Terceirização	Proibida na produção e na atividade principal da empresa	Liberar geral
Homologação no Sindicato	Demissão de trabalhador com mais de 12 meses de contrato na empresa é homologada no Sindicato, conforme a CLT	Desobrigar de vez com as homologações, e com conferência dos direitos rescisórios pelo Sindicato, abrindo brecha para "errarem" nos cálculos ou darem calotes nos trabalhadores

Proposta alternativa

Os sindicatos patronais, principalmente das autopeças e de máquinas e eletroeletrônicos, não querem assinar a Convenção Coletiva porque não aceitam a cláusula que garante estabilidade até a aposentadoria aos trabalhadores vítimas de acidentes/doenças relacionados ao trabalho.

Diante disso, o nosso Sindicato entregou a todos os sindicatos patronais uma proposta alternativa à cláusula da estabilidade, que leva em conta os direitos dos companheiros acidentados/adoecidos pelo trabalho e preserva intactos todos os demais direitos do conjunto dos trabalhadores.



Campinas 20/10
das 9h às 14h

LOCAL

Sede Central

Rua Dr. Quirino, 560
Centro - Campinas/SP

- ✓ Debate final
- ✓ Emendas
- ✓ Resolução
- ✓ Moções



Trabalhadores participam do 1º Debate realizado dia 21/07 em Sumaré



Trabalhadores participam do 2º Debate realizado dia 18/08 em Americana



Trabalhadores participam do 3º Debate realizado dia 06/10 em Indaiatuba